

Temos que agradecer ao prefeito que cumpre com
 as suas obrigações municipais, ao número de
 concursados que foram nomeados, mais de 600 funcio-
 nários e não tudo propiciou um aumento de paty-
 monio da municipalidade de São Gonçalo e a nova pen-
 sabilidade por R\$ 14.831,677,35 por a rentabilidade dos
 investimentos, se a rentabilidade que se conseguimos
 recuperar o perdo do principal que foi investido nos
 fundos vinculados a leis de leis. Quero agradecer a
 presença do Sr. Bruno, Gregório ao qual que representa
 a contabilidade, agradeço a presença de todos os
 conselheiros seu Sr. Cidreira, Cláudio, Allison. Davi.
 Quando me perguntam sobre a gestão e pelo que o
 Instituto de Previdência está em boas mãos, está fazendo
 tudo que for possível para no futuro podamos rece-
 ber novas aposentadorias, família. Tivemos quatro
 pelos parciais eu e a equipe, e que acontece
 aqui são fatos alheios à nossa contabilidade, mas busca-
 mos esclarecer aos previdenciados, não me sinto a responda-
 ridade, eu sou muito exigente com as anuências
 para atender cada um dos melhor o possível. A partir
 deste ano implementamos reuniões mensais do Comitê
 de Investimentos, as reuniões eram trimestrais, mas
 não atendia a análise de mercado, cenário econômico
 estamos com o certificado de provisionais certificados
 pelo Totum. Agradecemos as presenças.

Cláudio Cláudio Nunes

Antônio de Fátima Mendes Afonso

Evandro Allison G. de Oliveira

~~Dairym~~

Reunião com o Conselho

Reunião do Conselho Municipal de Previdência

28/02/2024. Vamos dar início a reunião do conselho

Municipal de Previdência do mês de fevereiro de 2024, presentes eu fam lie, presidenta do Instituto de Previdência seu pai representante do legislativo, Marcio representante dos servidores ativos e Juvenir e a Marcia representante dos servidores inativos e Santana que   suplente da Marcia, fofe o Allison não pode vir porque casou e pediu para estar ausente, t mos quer m h u iniciar a reunião com apresenta o dos investimentos, presta o de contas fechamos ontem o mês de janeiro em razão da ausência de extratos, t  com pro. blind na emenda dos extratos do fundo LSM e do fundo PUMA que são aqueles fechados do fundo lat nio do cascata do País Uaua do Brasil S/A, ele foi liquidado em dezembro e não recebemos os ativos do PUMA, LS e AUSTRO, começo de janeiro todos os extratos vem no começo do mês que refere-se ao mês anterior, recebemos do fundo AUSTRO e não recebemos os extratos do fundo PUMA e do LSM que era para a gente fechar o fundo de 2023 quando t camos, acesso a esse extratos faltantes eles vieram com a data inicial de 08 de janeiro de 2024, não a men o de investimentos vieram para explicar, ontem passei o dia na LEMA para resolver algumas pendências e tomamos decisão de não lançarmos esse fundo no balanço de dezembro, porque não deu data de dezembro, com a data inicial 08 de janeiro e fomos orientados a solicitar a retifica o desse extrato, como vamos fazer o balanço contábil do outono quê, porque o balanço   consolidado, vamos ter que fazer o balanço do mês de dezembro porque esse ativo era pro. tu cinto entre 22 e 23 de

dezembro ficou esse lapso que a gente não sabe
 o que foi desses dois fundos que se chama RFI,
 uns dois fundos a LEMA vai ter que apresentar o
 situação deles, por que isso impactou nossa portuário
 de ganho, com o novo resultado ontem eu
 estacco lá e disse para lançar do jeito que
 está, por que eu não vou atrasar uma informação
 a gente tem o sim para encerrar e como vou
 atrasar a informação vou fazer os fechamentos
 como eu tem uma informação, vamos fazer
 conforme o documento depois eles que se justifi-
 que o erro não é nosso e deles, então ontem foi
 liberado o relatório referente aos mês de ganho
 de 2024, tem algumas peculiaridades por que
 o novo PL de fechamento de 31 de dezembro e 31
 de ganho por que fizemos uns fundos 03 que
 recebemos que impactaram o novo repasse do
 COMPREV fechou, uns 8 mil o PASEP de dezembro
 foi uns R\$ 83.000,00 por que nossa arrecadação aumen-
 tou devido ao repasse de 13% em ganho foi quase
 um mês sem contabilidade, então atrasamos nossos
 dados, por que se podíamos abrir o balanço qua-
 ndo a gente consegue fechar o balanço de 2023
 ficamos não fechamos e os repasses dos contribuintes
 se entraram em ganho e a rentabilidade tam-
 bém fechou por que a rentabilidade está relacio-
 nado ao cenário internacional e nacional, no
 cenário internacional estamos com duas guerras,
 impacto os rendimentos por que disca uma insegu-
 rança no mercado estamos com déficit do país
 em si tivemos uma queda na imaginação que
 pode acontecer tivemos uma queda não foi pura
 é uma oscilação de mercado 31 de ganho fechou

em R\$ 148.777.597,40 a rentabilidade foi 0,18% a
nova meta do acumulado é 0,83% e a gente tem
uma questão no CAPE que é essa meta que temos
que atingir novo cenário e que podemos cu-
till diferente em ganhar os mesmos fundos do
Banco do Brasil e IMA-135 e o BBIRF-M1 que é
o fundo que fazemos a movimentação mensal
para pagar os benefícios e BB alocação ataca
retorno total a caixa Brasil gesto estratégico e
BBI e BBIRF-M1, BB perfil que temos recursos do
sobre do taxa de administração e temos recursos
previdenciários e BB FATORIAL, BB QUANTITATIVO, BB
MACRO, BB Multimercado LP. e o Fontaine d'Ille que
está com problemas de governança e vai ter o
novo percentual de FIP vai continuar ultrapassando
e vamos ter que fazer a qualificação e o LSM FIP
R\$ 21.266,03 e o PUMA multiestratégia que tem
R\$ 11.933,28 e AUSTRO R\$ 106.507,81 com relação a
esses três fundos AUSTRO, LSM e PUMA são fundos
estruturados que estão em processo de liquidação
e esse patêlo é meramente contábil, se por encl-
pacto hoje a gente não recebe igual, lá aqui já
para constar, mas precisamos lançar, por que temos
esse fundo no portfólio, deu uma diferença de
R\$ 148,208,22 que é onde temos a sobre que
está investida a taxa de administração, hoje po-
demos acumular e utilizar para capacitação e
reforma do instituto, estamos finalizando um
projeto de reforma, as instalações do instituto está
de forma precária e precisamos modernizar
queremos continuar um miniauditório para fazer
boas reuniões, a nova necessidade é mensal,
hoje vamos iniciar um curso de capacitação que

vamos fazer no instituto, por que são temas complexos, vamos trazer em outra oportunidade quando realizarmos o projeto ele é justamente para essa finalidade está previsto no LBO, não podemos realizar algo que não esteja previsto no orçamento, esse relatório é mensal que eu vou disponibilizar no site assim como poderíamos fazer, essa parte tá dividido por categoria, maior parte R\$ 119.168.112,43 tá em renda fixa que representa 80% fundos estruturados temos 11% que representa R\$ 17.472.734,83 e 7,80% em renda variável que representa R\$ 11.567.328,78 e o novo enquadramento o único que estamos com problemas é o art. 10, II que até diminuiu o desaquecimento dele, de valor por fundo e percentual do fundo um desses fundos como se caracteriza quem são os gestores, administradores ou seja capital do Fontaine Lille, Renda Act, RFI tanto é administrador quanto gestor do LBM, temos a BFL e AVSTRO, a MBL do Fontaine que é problemática todos os detalhes, tiveram dificuldades podem perguntar, a nova liquidez e de 0 a 30 dias representa 99,98% de liquidez, representa alguns fundos do Banco do Brasil a maior parte dos investimentos que a gente tem é B+3, 60, 0,02% são esses fundos de longo prazo que infelizmente não têm como fazer o resgate, são investimentos para dez anos prorrogável por mais dez a época que esses investimentos foram feitos o PL era R\$ 50 milhões, porém usados nesses investimentos R\$ 20 milhões para esses investimentos da Caixa Clássica, quase metade do PL a época, esses tipos de investimentos tem que ser feito um teste de estresse, como o PL não era alto se precisasse do valor para pagar compensação

ia ter disponível, todos os investimentos, fundos
está aderente a política de investimentos que foi
aprovada no ano passado pelo próprio conselho,
na reunião do comitê de investimentos analisou
cada detalhe e agora estamos já aderente respu-
tando todas as percentuais que foram aprovadas
nos termos, consignados e mês a mês vai ter o com-
parativo, termos comparativos 2022 e 2023 e ja-
nuário de 2024, vocês tem alguma dúvida? Estamos
contando com a presença do ANA representante do
APEOE é importante essa participação por que está
mais próximo do processo que nós, com relação ao
conselho, vamos fazer um ajuste no conselho porque
a Luana está com demandas pessoais e não vai
poder continuar no conselho e a Lígia vai ocupar
o cargo da Luana que é uma indicação do poder
executivo os outros estão todos mantidos, no reg-
imento do executivo, indicado pelo prefeito,
ela vai participar de uma capacitação, contamos
com a participação do Tiago representante do ARIMA,
atuário ele quem faz os impactos atuariais hoje
vai apresentar com data base de dezembro de 2023,
foi feito após o censo com as informações colhidas
pelo censo, ele vai apresentar os números, dos im-
pactos dos planos. Tiago também apresenta os resulta-
dos da medição atuarial de 2023, o RPPS de São
Genésio do Carmo, administração dos planos de
benefícios, previdenciário e o plano de natureza
permanente foi constituído para ser permanente
os regulados cancelados inclusive os novos, concu-
rsados pelo plano, plano financeiro para
regulados que entraram no processo público a
mais tempo e que tem um caráter temporário,

inclusive estamos avaliando de fazer um re-
 nunciamento na forma de separar os usuários de
 dois planos, na data-base do avaliao atuarial
 tinhamos 1.583 cingulos, um mesmo CPF pode ter
 dois cargos e assim ter duas aposentadorias, atualmen-
 te e como se fosse duas pessoas, entao sao 1.583
 cingulos com R\$ 5.240 tinhamos 33 aposentados
 com proventos de 79 mil e 7 pensionistas com
 proventos de 18 mil e plano previdenciario tem
 uma estrutura demografica bastante favoravel no
 sentido de permitir que ele acumule recursos, o
 valor total dos beneficios do plano previdenciario
 dividido pela remunerao dos segurados daquele
 respectivo plano e de apenas 1.85% e na tabelagem
 atuarial sobre o assunto estimo-se que em regime
 um plano e considerado capaz de capitalizar e
 acumular recursos e que esse valor e inferior a 33%
 e por isso que mesmo a mis e crescimento do pa-
 trimonio desse fundo e tem significacao o
 plano de custeo tem uma aliquota patronal
 de 13,43% e tem aliquota do segurado de 11%
 e inconstitucional, desde o EC 103/2019, os
 entes tem que ter uma aliquota que seja equiva-
 lante a 14% a aliquota do segurado pode ser progre-
 ssiva, desde que o ente arrecade uma aliquota de
 14%, o problema de adotar aliquotas progressivas e
 que para que o segurado contribua com 8 e 9 ou 10%
 que exige que outros contribuam com 11, 12, e 13%,
 14% e os que sao chamados a contribuir com
 aliquota 11, 12, 13, 14% se opoe, qualquer sugestao de
 aliquota progressiva os que ganham mais e nao
 aceitam, o maior e 14%, tem uma serie de impli-
 cacoes em relacao a prestacao de contas, temos

uma taxa administrativa de 2,58%, lamille. O patronal é recolhido 17,92% que é a soma dos 2,5% da taxa administrativa que a gente utiliza para manter a unidade gestora para manter as assessorias para pagar os salários dos servidores do instituto de previdência, conta de energia e internet esse percentual poderia ir até 3% por que temos RPPS de médio porte ficou em 2,5% baseado em contribuições dos ativos e poderíamos incluir ativos e inativos ficaria em 3%. Os inativos que recebem acima do teto do INSS contribuem e isso é constitucional. (Apro. O que isso fala que são 1.583 são de ativos? lamille Nesse plano, por que temos também o plano financeiro, fazemos os cálculos atuariais uma do plano financeiro e uma do plano previdenciário e totalmente separado, conta separado, não pode ser misturado, exemplo mês passado recebemos uma guia foi por conta errada e aí a gente acompanha todas os pagamentos que a prefeitura faz, notificamos a SEFIN e eles repassaram para conta correta, não pode misturar. Tiago. Quem paga essa taxa de administração é a prefeitura a base de incidência é do ente é não do segurado. O trabalho do atuário é orientando a legislação municipal a base cadastral dos segurados, planos de cargos e salários, estrutura salarial, se é casado se tem filhos, pensão e estatuição o atuário tem a obrigação legal de estimar quais são os receitas e despesas de longo prazo da previdência em determinado data, atuário faz uma projeção das receitas e despesas que vai ter que fazer frente a longo prazo, períodos bem extensos de tempo, 70, 80, 90 anos dependendo de

cação municipal. Esse plano tinha R\$ 112 milhões de recursos, transformados a partir de recetar a longo prazo R\$ 144 milhões de contribuição dos segurados R\$ 2 milhões de compensação previdenciária no total de R\$ 373 milhões de receitas, a maior parte é de contribuição patronal e os recursos garantidores e uma parcela de 31%, segurados quase 27% e a compensação previdenciária. É sistemática a longo prazo das despesas um total de R\$ 413 milhões de despesas sendo 12 milhões de aposentadorias já concedidas as pessoas, já concedidas representam um acréscimo de 3 milhões de reais, tendo 398 milhões de reais de aposentadorias a conceder, benefícios já concedidos 15 milhões a longo prazo e os benefícios que 387 milhões totalizando tudo 403 milhões, 81% das despesas de longo prazo são de aposentadorias que ainda não ser concedidas nos próximos anos e as pensões representando 14% e as concedidas apenas 0,4% - então neste caso tendo um total de receita de 13,53 milhões um total de despesa de 403, deficit de 50,3 milhões, que é um deficit pequeno por que pode ser pago em 35 anos de forma bastante satisfatória sem comprometer o orçamento público. Temos a medição do plano de cargos e salários na educação no plano previdenciário somando todos o deficit estimado em 50 milhões, esse impacto foi feito antes dos leis que já foram aprovadas, quando forem aprovadas totalizando um deficit de 56 milhões na próxima avaliação a situação pode ser modificada. O atuário nunca vai emitir um parecer no sentido de ele é favorável ou não ele só mostra um impacto a perpetuo e quem vai decidir, esse estudo de impacto é que é obrigatório portanto

1467/2022. Família. Estamos com uma pendência no
previdência complementar, estamos com a questão
dos extratos e vamos consultar o ministério, uma
das palestras foi o pessoal do ministério alertando
a importância de realizar o impacto atual, a
importância da exigência que muitos não cumprem,
aquela no município o prefeito sempre cumpre
e que é negociado, nós não vamos ter o risco para
nada as consequências não e vamos ter que fazer
os ajustes para permanecer a saúde fiscal do
município então isso foi tema de palestra às vezes
as pessoas querem fazer e não querem respeitar, o
município que tem um RPPS funciona de mane-
ra diferente, um funcionário do RPPS não tem direito
a previdência, o teto e do RPPS a maior parte da
nova mana tem direito a receber o último salário
principalmente para os profissionais que são permiti-
dos pela constituição acumular cargo público, exem-
plo médico que pode trabalhar no município e
em outro hospital, se o RPPS for extinto aquele pes-
soa que contribuía para os dois regimes, vai
receber o benefício pelo RPPS e ainda um benefício,
vamos imaginar que ele contribuía 35 anos e
simplesmente foi extinto o RPPS e vai para o
RPPS, a extincção não é benefício próprio é outro
exemplo. Já foi concluído a compra a diretoria
do associar nacional de regimes próprios de
previdência e a mensagem que foi passada foi
que nós disseminaremos esclarecimentos para os
funcionários em relação a essa situação aqui no muni-
cípio existe muito respeito com o regime próprio
de previdência, mas muitos municípios estão sofrendo
pressão e outros estados também, o leão não tem

nem a metacle dos municípios com RPP's. Ana.
 O município quem extingui o Regime Próprio
 por que não existe garantia. Camille. Quando o
 prefeito coloca uma pessoa que sabe e que tá fazendo,
 tem formação, certificação, coisa tem que ter
 com a pessoa exigir pessoas que de segurança, ocupem
 os cargos pessoas que tenham capacidade, porque
 não é fácil pra ninguém. Ana. Nunca tivemos
 oportunidade de participar dessa reunião a primeira
 vez que presidente do instituto chama um presi-
 dente do sindicato para participar de reunião.
 Camille. Operamos capacitações para dividir respon-
 sabilidade com os outros municípios. São que está
 sendo apresentado para coisa foi apresentado para
 o prefeito pessoalmente por que ele faz questão de
 acompanhar. Ana. O instituto de previdência tem
 que andar casado com as secretarias, sindicatos
 para ficar informado do que está acontecendo e
 casa legislativa é importante, funcionamento em
 rede fortalece o sistema e isenta as pessoas de
 certos problemas que vão acontecer. Precisa ter uma
 pessoa conciente feita a família. Rui. Acordito
 que a união quem faz a força se vier uma pessoa
 com pensamento diferente da família, nós temos
 que nos unir e exigir para as coisas funcionarem
 como coisa funcionando, pode ser que dirá isto.
 Ana. Polícia civil escritório audiência pública e nunca
 foi atendido. Trabalheiro pelo trabalho da família
 por que pegamos em uma mesa de negociação com
 resultados de outros pontos do DIESE, para receber
 uma cópia de algum documento era preciso entrar
 no jurídico. Tiago. Tem municípios que devido a
 décadas de descaço e RPP's tornou um problema

e orçamento pública municipal, mas não que o regime próprio seja o problema, foi o descaso, existe um município aqui no Ceará que o prefeito nunca reparou nenhum contributo, a cada 06 meses ele faz um parcelamento novo, os parcelamentos ele paga em dias e contribuições patronal ele não paga, por que o parcelamento não entra como despesa de pessoal. Como Embaixaramos e os aposentados ficaram 06 meses por que a previdência não tinha dinheiro por conta da má gestão. Tiago. Se você olhar para o benefício de e a finalidade da Previdência Municipal, uma professora se aposentou no município com 50 anos, ganho 7,8 mil, se ela for se aposentar no INSS o valor seria 2.800, 2.900, por causa do fator previdenciário. Tiago. O regime próprio de Previdência deve ser pensado a longo prazo, medidas tem que ser tomadas hoje, sabemos que o Regime próprio está no município ainda, e aqui podemos estar construindo no dia a dia para que daqui a alguns anos o regime próprio esteja bem e não esteja com problemas para a existência alguns medidas podem ser tomadas, sempre apresentamos várias, cada município acaba adotando todas ou algumas delas, a primeira medida é a adoção da EC 103/2019, alíquota de 14% para os pagadores ativos aposentados e pensionistas acima do teto, ela é compulsória o município tá irregular quanto a isso. Dona Se tem que cumprir a lei por que que não cumpre. Camille. O ex gestor deixou uma ação tramitando, ficamos em uma situação delicada ele não quis apurar as medidas que eram, ele protocolou uma ação na justiça federal para não sofrer nenhum

tipo de pensar por não cumprir a EC 103/2019 e
 essa acat está tramitando estamos aguardando
 finalizar esse trâmite, quando finalizar vamos
 pensar com o prefeito para propor como vamos
 resolver é muito complicado quando foi aprovado
 eu era procurador na Câmara foi várias vezes se
 não ia chegar o projeto de lei, meu antecessor ele
 mandou ofício para o prefeito à época com a
 minuta do projeto de lei e o que foi feito, nada,
 foram coisas que falamos quando aprovamos e
 outras coisas que está aparecendo no mesmo dia a
 dia sempre temos novidades, temos duas perceptoras
 efêmeras que trabalham no Instituto de Previdência
 e elas não eram esclarecidas do que acontecia com
 Imagina um perceptor que não está dentro do Insti-
 tuto. Assim tudo as perceptoras acompanham, tudo
 que acontece elas sabem por que eu compartilho, todas
 novas anistórias são conhecidas e eu jamais pagaria
 se não tivesse perceptor prestado, tudo o prefeito fica
 sabendo, não vou tomar uma medida sem comunicar
 o que eu tô fazendo. Tiago. Tô a regularização da
 alíquota do segurado já para 25 milhões a longo
 prazo, as mudanças nas regras não atinge quem
 está perto de se aposentar e quem tá um pouco
 distante pega de uma forma muito suave, quem
 tem 15, 20 anos já pagam mais 100% das contribuições
 já pagam os novos segurados, outra pega é incluir
 na base de contribuição do pré-futuro, os benefícios
 a conceder, se não houve concurso vai diminuir
 ao longo do tempo a folha e consequentemente as
 pessoas vão diminuindo porque vão se aposentando,
 na medida que as pessoas foram se aposentando
 o pré-futuro não tem mais essas pessoas eu está

utilizo os contribuições da previdência.
Outra medida é Imposto de renda descontado dos
pensionistas e aposentados e descontado e o Regime
próprio transfere para secretaria de finanças, a longo
prazo isso traria para o plano previdenciário mais
29 milhões em receita, temos a carteira garantida,
meta de rentabilidade para o regime próprio, caso
de não atinja essa análise a cada 03 anos a
previdência paga, caso não atinja a meta ela paga
o que faltou para completar a meta de forma
parcializada, apelo na questão do deficit, um resul-
tado que era deficitário de R\$ 50 milhões ficaria
superavitário de R\$ 94 milhões que é um resultado
que traz tranquilidade para o seguimento desse
plano já começamos a trabalhar no contexto do
outro, se fizer a reforma da previdência vai para
R\$ 167 milhões positivos. Plano financeiro, por defini-
ção ele é deficitário, a legislação não exige que ele
tenha equilíbrio financeiro é atuarial diferente do
previdenciário, quando começar a faltar recursos o
tesouro municipal vai começar a aportar então para
evitar esse aporte uma das ideias é dizer o plano
previdenciário superavitário para trazer parte dos
aportados para o outro plano, quem foi nomeado
até 31 de dezembro de 2003, tem a última remuneração
e paridade familiar. Quando a lei for aprovada
essa lei que abrigar os profissionais do magistério
que terão direito a paridade e integralidade para
fazer a folha de março. Tempo diferente do outro
que é tempo 17. O plano financeiro foi feito com
a premissa que um dia vai se extinguir quando
o último pensionista morrer, não é o plano é pela
data que a pessoa foi nomeada no concurso público.

20, os pensionistas já e quase 30% dos pensionados em atividade, as aliquotas são as mesmas, as receitas a longo prazo são em torno de R\$ 70 milhões, temos apenas R\$ 28 milhões de reais em caixa com expectativa de receber R\$ 17 milhões de contribuições patronal, 13 milhões de contribuições do segurado, 11 milhões de compensação previdenciária, totalizando R\$ 71 milhões de reais, as despesas a longo prazo nesse plano das são R\$ 410 milhões, fica deficitária em R\$ 339 milhões, com as medidas não iriam ficar em R\$ 257 milhões em torno de 10% o impacto, com essas medidas vamos propor as mesmas, reforma da previdência, alíquota, carteira garantida, aquele déficit que era de R\$ 339 milhões com as medidas ele vai para R\$ 221 milhões a expectativa e em 2026, a perpetua ter que fazer ajustes para o sistema financeiro, esse ajuste não é deficitário, a contribuição patronal familiar. A lei de responsabilidade fiscal não considera o pagamento da folha dos inativos quando é feito pela própria previdência não considera no limite do cálculo de gasto com pessoal, mas quando o ente começa a ter que pagar que é pagar o benefício por que o recurso previdenciário acabou aí ele entra no cálculo de despesa de pessoal, o que complica a vida do servidor, o servidor não tem poder ter um reajuste, não vai ter adequação de plano de cargos e carreira, nada de benefício para o servidor não vai mais poder ser aprovado por que o município já vai ter o limite, com gastos de pessoal perto de 54%, precisamos ser pessoal a aprovar as medidas e servidor o autor por que o servidor permite ao RGP tem muitos benefícios cercados, exemplo

professores que ganham R\$ 10.000,00, por evolução no
carreira, este valor se o seguro fosse do Regime
geral ele não ia chegar nem próximo a isso aí
é nosso servidor que tem direito a paridade e
integralidade, às vezes as pessoas compram uma
briga por que não conseguem compreender alcançar
os benefícios que o RPPS tem, tem os que são
muito realistas, se o INSS ficar deficitário também
o país terá problemas em pagar os benefícios, já
estão falando em outra reforma da Previdência.
Tiveram um série de benefícios que foram consoli-
dos sem amparo legal, Tiago. Em 1998, a EC
30 disse que era obrigatório a contribuição, foi que
começou as alíquotas para seguro e previdência;
com medidas de reforma o deficit é pra ser de R\$
74 milhões, o superavit da previdência era
R\$ 167 milhões, tá quase empatado se fosse o mesmo
plano, o que conseguiu de superavit, se com as
medidas sem reforma era R\$ 78 milhões, eu penso
gradualmente utilizando parcela de R\$ 167 milhões
eu trazendo as pessoas para evitar esses aportes,
criando uma série de recortes no caso que foi a
previdência não tem, tem que criar recortes para
que suportem algumas pessoas do plano financeiro,
com a reforma e as medidas conseguimos trazer
R\$ 98 milhões, pode pagar gradualmente, como trou-
xo é equivalente a R\$ 70 milhões não é algo que vai
ser definido logo. Jamille. Qual o trâmite que o
Ministério da Previdência não impõe primeiro avalia-
ção atuarial, atuário já fez cálculos, então você vai
delimitar se aprova ou não, se podemos encaminhar
para o ente se o conselho previamente aprovar a
possibilidade de implementar essas medidas após

aprovou o conselho, toda deliberação do conselho vamos transformar em portaria, assim está aí, aí vai o ofício agente comunique-se com a Câmara Municipal e que foi aprovada a autarquia de trânsito para que todos tenham ciência e se for transformado em projeto de lei foi aprovado pelo poder legislativo e então daí encaminhamos para o Ministério da Previdência para análise, tudo que a gente aprova o Ministério tem que cancelar, até parcelamento, se o parcelamento não seguir as regras que o Ministério determina, o Ministério não homologa e daí ficar lá aquela pendência, estamos com vários colegas com problemas, então o conselho vai deliberar. Tiago. O mais que o conselho de os sugestões o poder executivo não tá vinculada. Família. A gente delibera mas o ente não tá vinculada é uma sugestão de política. Tiago caso o conselho não aprova nenhuma medida, de vai propor um plano para equacionar esses R\$ 50 milhões, se não fizer nada. Daí. As medidas não e chegar para o prefeito e lidar problema e em uma política, família. Não sabemos como vai ficar com a política dos novos planos, como vai ficar, se vamos fazer o cálculo atuarial depois do reajuste. Daí. Não entendi as regras de aposentadorias e pensa qual a diferença de hoje para quem quer fazer família. Teria para seguir o que a EC 103/2019 determinou seria as mesmas regras da unia, tem algumas medidas que eu acho que são muito ruins, no caso pensionistas ficaria em cotas, exemplo se a pessoa está parada há dois anos em tese não teria o direito podemos aprovar essas regras. Tiago. O melhor da EC 103/2019 é que ela trouxe uma regra

na uniã quem quiser acompanhar, mas tem di-
to de adiquar. Camille. Se a aliquota que é ob-
gatorio porque estamos deficitario. Tiago Na uniã
a cada ano aumenta o tempo da pensã do
tempo de contribuicã e idade, no estado do Ceará
para cada 02 anos aumenta 01. Clãrcio. A
mudanca dos pegos tem que ser explicadas comille
isso tudo e debate no teamo aprovar fosse a
pego-pã mediclas que vamos aprovar. Tiago.
Nesta apresentacã esta calculado com os pegos
da uniã se altera os pegos vamos ter que recal-
cular. Leicã. Para prefeitura tem que ter analise
do que e potencial, arrecadaçã e despesa e impacto
financeiro. Comille e uma aprovacã pã do conselho
a prefeitura no caso seguir, no podemos nos omitir
por que e uma exigencia do Ministerio. Na portaria
com as sugestões de mediclas para adora, no esta-
mos aprovando nada de pego, para que o ente
aprove ele precisa fazer calculos. Orientaçã do
Ministerio e que as deliberacões serem transformadas
em portaria. Clãrcio. Uma mudanca com o caso poder
deliberar a respeito? Comille. Tudo que se refere
a previdencia tem que ser aprovado pelo conselho,
Tiago. Bom que tudo seja aprovado pelo conselho,
na vincula naõ obriga nenhum a nada. Rita nova
estematice a partir de 2026, esse cenãrio vai ser
mais barato pro ente que agora. Comille. Temos
muitos projetos que esta tramitando e a proba-
bilidade e pã aumentar essa folha quem ta se
apresentando e o plano financeiro, tem acordos
de tempo de pãcio que facilita. Tiago. Os novos
concursos, novos seguidores qã entra no pego perma-
nente 103/2019, vai contribuir para o equilibrio do

sistema. Daci. Lá para ser rápido? Comille. Se fosse aprovado a medida do IR se fosse aprovado fosse feita menos de R\$ 30.000.00 por mês, e uma medida que a longo prazo vamos ter um benefício de mais de R\$ 29 milhões mais vamos por mês R\$ 30 mil. Esse benefício vai ficar em conta do instituto e vai ser investido, fica em retença, se não reparar ele fica pendendo, é que a gente arca com os pagamentos a longo do plano financeiro, é que reclamamos de conta. Então temos que resgatar recursos para pagar benefícios. Daci. São favorável as 04 medidas. Marcio, sim. Querenir, sim. Famille. Não conselho é fiscal e deliberativo. Eu aprovo. Tiago. Em função do SP, se tiver impacto na previdência, o orgão transfere o valor do impacto, a educação por exemplo tem um impacto previdenciário de 300 mil, a educação tem que pagar o valor. Famille. Agradeço a participação do Srna, do Tiago, Daci, Gilmar, Querenir, Marcio, Marcio e Lúcia. Quando passar essas deliberações mês que vem temos que cumprir um prazo temos que apresentar ao conselho municipal de previdência que vamos apresentar a prestação de contas, do parte financeiro e investimentos, ter muito conturbado precisamos das observações para esclarecer alguns pontos que precisa que eles esclareçam a gente encerra a reunião.

Elaine M. M. M. M.

Antônio de Fátima de Fátima de Fátima

Evaristo de Fátima de Fátima

~~Antônio de Fátima de Fátima~~

Caraculário Lopes